

COMUNICADO SDG nº 62/2020

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo traz ao conhecimento da sociedade relatório das principais atividades desenvolvidas durante o ano de 2020. Esse demonstrativo compreende capítulos sobre todas as ações inerentes ao controle externo, incluindo informações sobre despesas relacionadas com o enfrentamento da pandemia da COVID-19, dentre as quais a tipologia das irregularidades apuradas nas contratações celebradas para esse fim.

Essas informações permanecerão na página eletrônica desta Corte.

SDG, 08 de dezembro de 2020.

SÉRGIO CIQUERA ROSSI
Secretário-Diretor Geral

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO DURANTE O ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE PÚBLICA DECORRENTE DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19

Desde a declaração de pandemia feita pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o TCESP não mediu esforços para trabalhar ações conjuntas e proposições construtivas junto ao Estado, aos órgãos, aos Poderes e aos municípios no enfrentamento da pandemia. Como bem disse o Presidente Edgard Camargo Rodrigues, “o Tribunal de Contas do Estado conhece seus jurisdicionados e reconhece seu senso de responsabilidade que, mais que nunca, estará presente”. (Revista TCESP, Edição nº 146 – 1º Semestre/2020).

Destarte, foram desenvolvidas ações de orientações a todos os gestores e ordenadores de despesas para que redefiniram os gastos e priorizassem a aplicação dos recursos orçamentários nos setores mais afetados pelos efeitos da calamidade pública.

Além do papel pedagógico em relação aos jurisdicionados, foram adotadas pela Corte medidas preventivas de modo a evitar contágio da COVID-19, sem, entretanto, prejudicar o andamento das atividades de controle externo exercidas na Capital e nas 20 Unidades Regionais.

Na fiscalização, foram postos em prática instrumentos concomitantes de acompanhamento das ações e dos recursos empregados pelos jurisdicionados no enfrentamento da calamidade por meio de envio de questionários e visitas diárias aos portais de transparência.

Para assegurar a transparência e o controle social, foi disponibilizado o “Painel Covid-19”, com informações referentes a receitas, despesas, atos, materiais, contratos, hospitais, insumos e estatísticas relacionadas à pandemia, e, principalmente, às principais irregularidades detectadas pela Fiscalização a serem devidamente justificadas nos correspondentes processos de prestação de contas.

A tramitação processual foi prontamente reestabelecida com a adoção de procedimentos informatizados por meio da implantação de protocolo digital e sessões de julgamentos e sustentações orais por videoconferência.

Nesse contexto, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo torna público o balanço parcial de suas ações desenvolvidas durante o enfrentamento da calamidade pública, nos seguintes tópicos:

- I - Medidas de prevenção, orientação para o enfrentamento à crise, tramitação processual e sessões virtuais;
- II – Instrumentos de acompanhamento das ações e dos recursos empregados;
- III – Ferramenta de Controle Social;
- IV – Relatório da Gestão do Enfrentamento da Covid -19 – Período acumulado até Outubro/2020;
- V - Apontamentos da Fiscalização;
- VI - Atualização das Instruções e Ordem de Serviço;
- VII - Fiscalizações Realizadas;
- VIII – Processos instruídos nas dependências da Fiscalização, da Assessoria Técnico-Jurídica e SDG até novembro/2020;
- IX – Auditoria Eletrônica – Audesp;

X - IEG-Prev Municipal;
XI – Painel de Saneamento;
XII – Estatísticas dos julgamentos.

I. MEDIDAS DE PREVENÇÃO, ORIENTAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DA CRISE, DE TRAMITAÇÃO PROCESSUAL E SESSÕES VIRTUAIS



Presidente, Chefes de Poderes e Governo do Estado discutem combate à COVID-19

A audiência teve como principal objetivo alinhar ações e projetos para tratar do enfrentamento à crise na saúde pública.

Neste tópico, são descritas medidas dirigidas aos órgãos jurisdicionados e aos servidores do TCESP.

- **Edição de orientações aos jurisdicionados e à Fiscalização quanto aos procedimentos de transparência, aquisições e contratações de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da calamidade pública.**

Quando do reconhecimento da calamidade pela Assembleia Legislativa, este Tribunal trabalhou dando sugestões na elaboração do texto de referido ato normativo; ademais, apresentou recomendações quanto à abertura de créditos extraordinários e quanto à contratação de pessoal e aquisições de bens e serviços com dispensa de licitação, conforme consubstanciado no Decreto Legislativo nº 2.495/2020, de 31.3.2020.

O TCESP também editou e divulgou Comunicados e Notas Técnicas com orientações específicas para os cuidados com as ações e recursos empregados no enfrentamento da pandemia e estabeleceu:

“atuação prioritária na avaliação e no controle das admissões, contratações, despesas e demais atos decorrentes dessa situação, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade dos atos administrativos, da despesa e de sua execução, ressaltando a importância dos acompanhamentos dos Conselhos de Saúde e a necessidade de atuação dos órgãos integrantes do Sistema de Controle Interno.”

- **Comunicado SDG nº 14/2020(3.4.2020):** Orientações decorrentes do estado de calamidade pública (LRF, Contratações, Pessoal, Transparência e Controle).
- **Comunicado SDG nº 17/2020(23.4.2020):** Conselhos de Saúde e Sistema de Controle Interno.
- **Comunicado SDG nº 18/2020 (27.4.2020):** Transparência dos atos, receitas e despesas destinados ao enfrentamento da pandemia.

- **Comunicado SDG nº 25/2020(15.6.2020):** Contabilização – Suspensão de Pagamentos – LC nº 173/20.
 - **Comunicado SDG nº 39/2020 (18.8.2020):** Reiteração dos Comunicados e Notas Técnicas e Observações sobre as formalidades acrescentadas pela Lei Federal nº 14.035/2020.
 - **Comunicado SDG nº 41/2020 (24.8.2020):** Divulgação das ações realizadas pelo TCESP relacionadas ao enfrentamento da pandemia.
 - **Comunicado SDG nº 44/2020 (03.9.2020):** Divulgação de 342 perguntas e respostas, de cunho técnico, relacionadas a questionamentos encaminhados pelos canais de comunicações e “lives” de orientações.
 - **Comunicado SDG nº 49/2020 (08.10.2020):** Transparência das entidades do terceiro setor – obrigações dos órgãos repassadores.
 - **Comunicado SDG nº 50/2020 (20.10.2020):** Série de aplicação no ensino, saúde com comparativos em 2019/2020, até o 2º quadrimestre (agosto) e gestão fiscal no enfrentamento da pandemia até setembro/2020.
 - **Comunicado SDG nº 54/2020 (19.11.2020):** Breve relatório das ações da Administração no enfrentamento da calamidade pública.
 - **Notas Técnicas SDG nº 155 e 156:** Orientações à Fiscalização sobre procedimentos para análise dos atos relacionados à calamidade pública e ao enfrentamento da pandemia.
 - **“Lives” de orientações** nos temas Audep, Controle Interno, Audep-Fases III, IV, V, Enfrentamento da Crise, 20 anos da LRF, Compras Governamentais, Terceiro Setor, Impacto da Pandemia, Licitação e Gestão de Contratos, Olhar para o Futuro, Ciclo de Debates com Agentes Políticos, perfazendo o total de 34.909 espectadores nos dias das transmissões.
- **Edição de resoluções, comunicados e atos relativos a procedimentos internos de prevenção ao contágio, manutenção da prestação do serviço jurisdicional e da administração:**
 - **Ato GP nº 04/2020 (13.3.2020):** Medidas temporárias de prevenção – COVID-19.
 - **Comunicado GP nº 09/2020(18.3.2020):** Suspensão das sessões de julgamentos.
 - **Comunicado DGA nº 01/2020 (18.3.2020):** Horário de funcionamento do Tribunal de Contas.
 - **Comunicado DGA nº 02/2020 (19.3.2020):** Ações de prevenção ao contágio da COVID-19.
 - **Ato GP nº 05/2020 (20.3.2020):** Suspensão de tramitação e de prazos processuais.
 - **Ato GP nº 06/2020 (30.3.2020):** Reestabelecimento de prazo para apreciação de contas municipais e pedido de reexame.
 - **Resolução nº 02/2020 (8.4.2020):** Instituição, em caráter temporário, de sistema eletrônico de videoconferência para realização das sessões de julgamento, com amplo acesso a sustentação oral a advogados.
 - **Resolução nº 03/2020 (22.6.2020):** Dispõe sobre a redução do número de processos e otimização da tramitação dos feitos.
 - **Ato GP nº 07/2020 (8.4.2020):** Reestabelecimento da tramitação interna de processos eletrônicos.
 - **Ato GP nº 08/2020(6.5.2020):** Prazos processuais de processos eletrônicos retomados a partir de 11.5.2020.
 - **Ato Normativo Conjunto nº 01/2020-TJ/TCE/MP (3.6.2020):** Dispõe sobre as limitações de gastos com pessoal impostas pela Lei Complementar Federal nº 173, de 2020.
 - **Comunicado SDG nº 29/2020 (25.6.2020):** Implantação da Ferramenta ALICE (Análise de editais de licitações).

- **Comunicado GP nº 21/2020 (30.6.2020):** Implantação do Protocolo digital.
- **Ato GP nº 11/2020 (28.7.2020):** Reestabelecimento da tramitação de processos físicos em fase recursal, ações de rescisão e de revisão de julgado.
- **Ato GP nº 12/2020 (28.7.2020):** Retorno gradual do trabalho presencial.

II: INSTRUMENTOS DE ACOMPANHAMENTOS DAS AÇÕES E DOS RECURSOS EMPREGADOS

- Implantação do Questionário Eletrônico – Gestão de Enfrentamento do Covid-19 para preenchimento mensal pelas Prefeituras Municipais, desde maio/2020, com informações a partir da decretação da calamidade pública (março/2020), sobre decretação da calamidade, receitas previstas (total), receitas arrecadadas (total), receitas transferidas da União e do Estado; dotações empregadas no enfrentamento; acompanhamento da gestão orçamentária, contábil e fiscal; contratações e dispensas efetuadas; ações de mitigação na saúde, no ensino e na assistência social; estatísticas da COVID-19; hospitais de campanha existentes, pessoal empregado, tipos e disponibilidades de leitos; equipamentos adquiridos e recebidos; medidas fiscais de suspensões de pagamentos previstas na L.C. 173/2020;
- Implantação do Questionário Eletrônico – Gestão de Enfrentamento da Covid-19 para preenchimento mensal pelos órgãos estaduais, a partir de 31/7, com dados acumulados desde a decretação da calamidade;
- Acompanhamento diário da fiscalização da movimentação orçamentária e dos atos relacionados ao enfrentamento da crise nos portais de transparência;
- Relatórios disponibilizados à Fiscalização no Portal *Business Intelligence* (BI): despesas relacionadas ao enfrentamento com código contábil específico criado pelo TCESP; base comparativa de preços praticados pelos órgãos estaduais e execução orçamentária do estado vinculada ao enfrentamento;
- Autuação de processos eletrônicos: implantação de classe processual de acompanhamento especial às Contas Anuais, com instrução mensal baseada em questionário eletrônico respondido pelos órgãos jurisdicionados.

III: FERRAMENTA DE CONTROLE SOCIAL

- **PAINEL DA GESTÃO DO ENFRENTAMENTO DA COVID-19**



➤ Para fins de controle social, foi estabelecido o Painel de Gestão de Enfrentamento da COVID-19, no qual se visualiza o resultado dos questionários aplicados e atualizados

mensalmente de modo a verificar como o Estado e os municípios (exceto o Município de São Paulo) estão efetuando seus gastos. Além disso, é possível analisar quais estão sendo as ações de enfrentamento à pandemia na área de saúde, educação, assistência social, administração penitenciária, fomento ao desenvolvimento econômico, saneamento, recebimento de equipamentos médico-cirúrgicos, hospitais de campanha, estatísticas da COVID-19, suspensão dos pagamentos da L.C. nº 173/2020, dentre outras informações disponíveis no site deste Tribunal.

Os dados foram compilados e disponibilizados para acesso público, com o objetivo de promover a transparência e incentivar o controle social – sendo todos os dados atualizados periodicamente. É importante salientar que o painel possibilita a visualização dos dados isolados de cada município, com comparativo de forma consolidada total ou por série mensal - a partir do mês de maio/2020 -, bem como a possibilidade de comparar a situação entre três municípios distintos.

- **PAINEL OBRAS PARALISADAS**

Inaugurado no primeiro trimestre de 2019, este painel divulga as obras atrasadas ou paralisadas do governo estadual e dos 644 municípios paulistas sob jurisdição deste Tribunal.

Atualizado em 13/10/2020, o mapa apresenta 1.195 obras atrasadas/paralisadas, cujos valores somam a cifra de R\$46,88 bilhões, aproximadamente.

- **PAINEL VISOR – VISÃO SOCIAL DE RELATÓRIOS DE ALERTAS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**

O Visor – Visão Social de Relatórios de Alertas – é uma plataforma gráfica que tem o objetivo de facilitar o entendimento desses alertas emitidos pelo TCESP e classificar as prefeituras de acordo com a quantidade e a diversidade de alertas recebidos.

A LRF, em seu artigo 59, determina que os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos públicos quando constatarem a tendência ou descumprimento aos limites e condições estabelecidas na legislação fiscal.

Atualizado até o segundo quadrimestre de 2020, o Visor demonstra que 595 municípios (dos 644 jurisdicionados) foram alertados e apenas 11 não receberam alertas.

Destes, 520 foram alertados por indícios de irregularidades na gestão orçamentária, 318 por apresentar arrecadação inferior ao planejado e 216 por ultrapassar o limite de 90% das despesas totais com pessoal.

• PAINEL FISCALIZAÇÃO ORDENADAS

Realizadas desde 2016, as Fiscalizações Ordenadas são atividades concomitantes de fiscalização, coordenadas e *in loco*, com o objetivo de avaliar a realização e/ou execução de políticas públicas pelos órgãos e entidades paulistas. Ou seja, trata-se de ações executadas sem aviso prévio aos jurisdicionados, nas quais Agentes de Fiscalização do TCE/SP são mobilizados em conjunto e de maneira coordenada em centenas de localidades, buscando aferir a qualidade dos serviços prestados à população em temas aprovados pela direção do Tribunal.

As ações ordenadas consistem em um novo método de fiscalizar e de oferecer aos agentes públicos responsáveis condições para a solução de irregularidades que tenham sido apuradas.

Já foram realizadas 33 Fiscalizações Ordenadas em temas relativos a obras, hospitais, postos de saúde, merenda escolar, delegacias de polícia, almoxarifados, medicamento, material escolar, transporte escolar, resíduos sólidos, frota de veículos, serviços de vigilância e limpeza, programas de saúde da família, ambulatórios médicos de especialidades e transparência.

No ano de 2020, em razão das limitações de inspeções físicas determinadas pelo estado de calamidade, foi realizada apenas a Fiscalização Ordenada em Transparência nas Entidades do Terceiro Setor. Nesta ação, foram fiscalizadas 206 entidades em 104 municípios e empregados 196 servidores da fiscalização.

As visitas apuraram que:

- 82% das entidades possuíam informações sobre transparência na Internet;
- 75% eram de fácil localização no site;
- 91% não possuíam funcionalidades que possibilitassem a gravação de relatórios em formato aberto e aproveitável;
- 73% encontravam-se desatualizadas;
- 63% não dispunham de plano de trabalho dos ajustes divulgados; e
- 70% não divulgavam as listas de prestadores de serviços e valores pagos nos portais, dentre outras constatações disponíveis no mapa.

• PAINEL RIO TIETÊ

Concebido no intuito de apresentar as situações dos contratos de obras do Programa de Despoluição do Rio Tietê realizado pela SABESP e que estão em exame pelo TCE/SP.

Iniciado em 2019, o painel conta com a situação atualizada até o mês de abril/2020.

Os contratos concluídos até abril/2020 (8) consumiram R\$ 555,04 milhões; 28 contratos encontram-se em execução, perfazendo o montante global de R\$ 2,30 bilhões.

A qualidade de água, nos locais onde foram realizadas as medições, até março/2020, encontra-se ruim.

IV: RELATÓRIO DA GESTÃO DO ENFRENTAMENTO DA COVID-19 – PERÍODO OUTUBRO/2020

Cenário orçamentário: Os recursos empenhados (acumulados) no enfrentamento da pandemia até o mês de outubro foram, aproximadamente, **R\$ 3,38 bilhões pelo Governo do Estado de São Paulo** (fonte: Relatório Acompanhamento SEI nº 7996/2020-36) e **R\$ 4,14 bilhões pelos 639¹ (do total de 644) municípios paulistas jurisdicionados** (fonte: Questionário-outubro/2020), **no total de 7,52 bilhões**, 13,77% a maior em relação ao mês anterior.

Recursos Empenhados	Setembro (Em R\$ bilhão)	Outubro (Em R\$ bilhão)	% Variação
Estado	3,11	3,38	8,68
Municípios	3,50	4,14	18,29
Total	6,61	7,52	13,77

Ações empreendidas pela Fiscalização

Processos de Acompanhamento Especial: autuação de 660 processos de acompanhamento especial para análise relativa às receitas, às despesas e aos atos destinados ao enfrentamento da calamidade decorrente da Covid-19.

Processos específicos (contratos administrativos, convênios e ajustes/prestação de contas com o terceiro setor): além dos 660 processos de acompanhamento especial, foram selecionados 491 processos sob a forma de convênios, ajustes com o terceiro setor, prestação de contas do terceiro setor, termos aditivos e contratos, totalizando R\$ 2.216.724.478,28 nas áreas estadual e municipal, correspondente a 29,52% dos recursos empregados na pandemia.

¹ cinco prefeituras não prestaram informações sobre despesas empenhadas com o enfrentamento da calamidade no mês de outubro/2020.

Matéria	1 – Estadual		2 – Municipal		Total (1+2)	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Contrato	42	951.420.389,37	335	413.366.834,65	377	1.364.787.224,02
Contrato de Gestão	26	75.022.005,31	16	115.179.786,10	42	190.201.791,41
Convênio	23	502.587.546,06	25	43.614.479,50	48	546.202.025,56
Termo de Colaboração			06	12.799.695,23	06	12.799.695,23
Termo de Fomento			04	18.035.000,00	04	18.035.000,00
Termo Aditivo	07	15.807.753,72	07	68.890.988,34	14	84.698.742,06
TOTAL	98	1.544.837.694,46	393	671.886.783,82	491	2.216.724.478,28

Fiscalização Operacional relacionada à pandemia – Contas do Governo do Estado de São Paulo/2020. Temas:

- a. Secretaria de Educação (Merenda em Casa e Ensino à Distância - TC nº 017124.989.20-3);
- b. Secretaria de Desenvolvimento Social (Bom Prato, Vivaleite e Alimento Solidário - TC nº 017630.989.20-0 e nº 017628.989.20-4);
- c. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Fazenda (Fomento ao Desenvolvimento Socioeconômico no Estado por meio da concessão de crédito - TC nº 017123.989.20-4);
- d. Adolfo Lutz (Atuação do Instituto com destaque nas ações de combate à Covid-19 - TC nº 017629.989.20-3);
- e. Renúncia Fiscal no âmbito da pandemia - TC nº 005866.989.20-5);
- f. Sabesp (Isenção de tarifa, doação de caixas d'água, lavagem de locais públicos - TC nº 017125.989.20-2);
- g. Relatório Mensal de Acompanhamento Especial Covid-19 - Contas do Governador - TC nº 005866.989.20-5).

Fiscalização da transparência das receitas, despesas e atos destinados ao combate à pandemia – Covid-19

Portais de transparência visitados: 663 portais de transparência, quanto à divulgação diária das receitas, despesas e atos concernentes ao enfrentamento da pandemia.

Comunicado GP nº 13/2020 (Atendimento à Transparência - Comunicado SDG nº 18/2020)				
Posição em	Atendimento total	Atendimento parcial	Não atendimento	Não aplicável
14.05.2020	126	320	198	01
29.05.2020	388	220	27	10
30.06.2020	431	191	12	26
31.07.2020	446	177	13	24
31.08.2020	454	173	13	19
30.09.2020	457	171	16	18
31.10.2020	462	170	13	18

Hospitais de Campanha

Entre os meses de março a agosto foram implantados 56 hospitais de campanha, três dos quais sem inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Até a data de 31.10.2020, 21 foram desativados, restando 35 em atividade.

Os valores envolvidos na construção dos hospitais de campanha somaram R\$ 412.895.697,98.

No total geral, esses hospitais abrigaram 368 leitos de unidades de terapia intensiva (UTI), 1.427 leitos hospitalares de especialidades e 941 leitos de observação.

Para prover o atendimento nessas instalações, foram destinados 1.424 médicos, 848 enfermeiros e 2088 auxiliares de enfermagem.

À primeira vista, numa totalização geral, para cada 10 leitos, independentemente de seu tipo, houve a cobertura de 17 profissionais de saúde.

➤ SUSPENSÃO DE PAGAMENTOS DA L.C. Nº 173/2020

Suspensão de pagamentos – Lei Federal nº 173/2020	Municípios
PAGAMENTO DE DÍVIDAS COM BASE NA MP Nº 2.185-38/2001 OU NA LEI Nº 13.485/17 (DÍVIDAS ASSUMIDAS PELA UNIÃO E REFINANCIADAS AOS MUNICÍPIOS)	118
SUSPENSÃO DE PAGAMENTOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O SISTEMA FINANCEIRO	37
SUSPENSÃO DE RECOLHIMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS DOS MUNICÍPIOS DEVIDOS AOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA	56
SUSPENSÃO DE DESPESAS DE PESSOAL NÃO PREVISTAS NA LEI Nº 173/2020	30

V – APONTAMENTOS DA FISCALIZAÇÃO

Este tópico registra a síntese das constatações da Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no acompanhamento dos atos relacionados ao enfrentamento da calamidade pública decorrente da Covid-19.

O levantamento abrange ao todo 869 processos das áreas estadual e municipal, sendo 824 de municípios e 45 do Estado, com base nas instruções efetuadas nos processos autuados para o acompanhamento especial, contratos, repasses ao terceiro setor, prestações de contas e execução orçamentário-financeira dos órgãos públicos estaduais e municipais.

Destes, 645 apresentaram irregularidades, sendo 318 na transparência, 277 em contratações, 224 na execução financeira, 199 no controle, 72 na execução contratual e 27 nos demais aspectos.

Na etapa de contratação, as irregularidades estão concentradas na ausência ou precariedade de pesquisa de preços, nas justificativas deficitárias ou sem estudos técnicos, nas contratações acima da média de mercado, no planejamento deficitário ou na ausência de planejamento (projeto básico), dentre outras.

Na etapa de execução financeira, os apontamentos referem-se a pagamento de taxa de administração ou similar e à ausência de identificação contábil das receitas/despesas relacionadas à Covid-19.

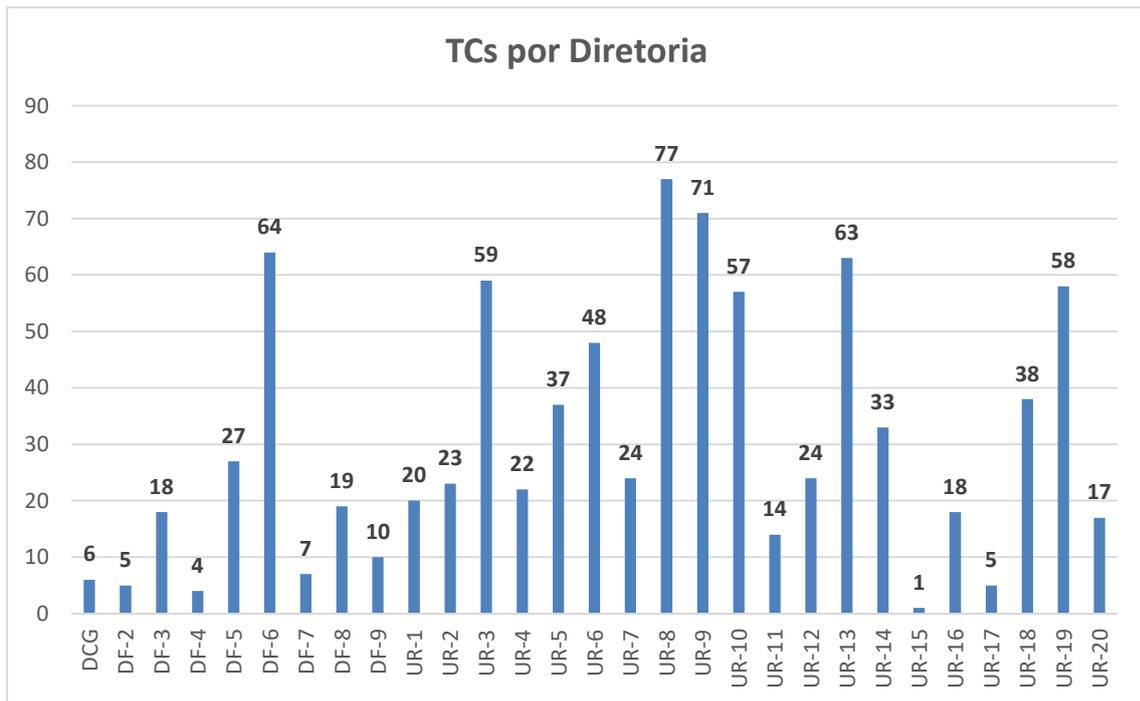
No acompanhamento da execução contratual, a Fiscalização anotou, em sua maioria, irregularidades consubstanciadas na aquisição de equipamentos, medicamentos, materiais e serviços em quantidade inferior ou diferente da contratada e em equipamentos que não foram utilizados ou foram subutilizados.

Verificou-se, também, a ausência de controle e acompanhamento por parte dos órgãos contratantes e a não atuação dos Conselhos de Saúde e dos Controles Internos.

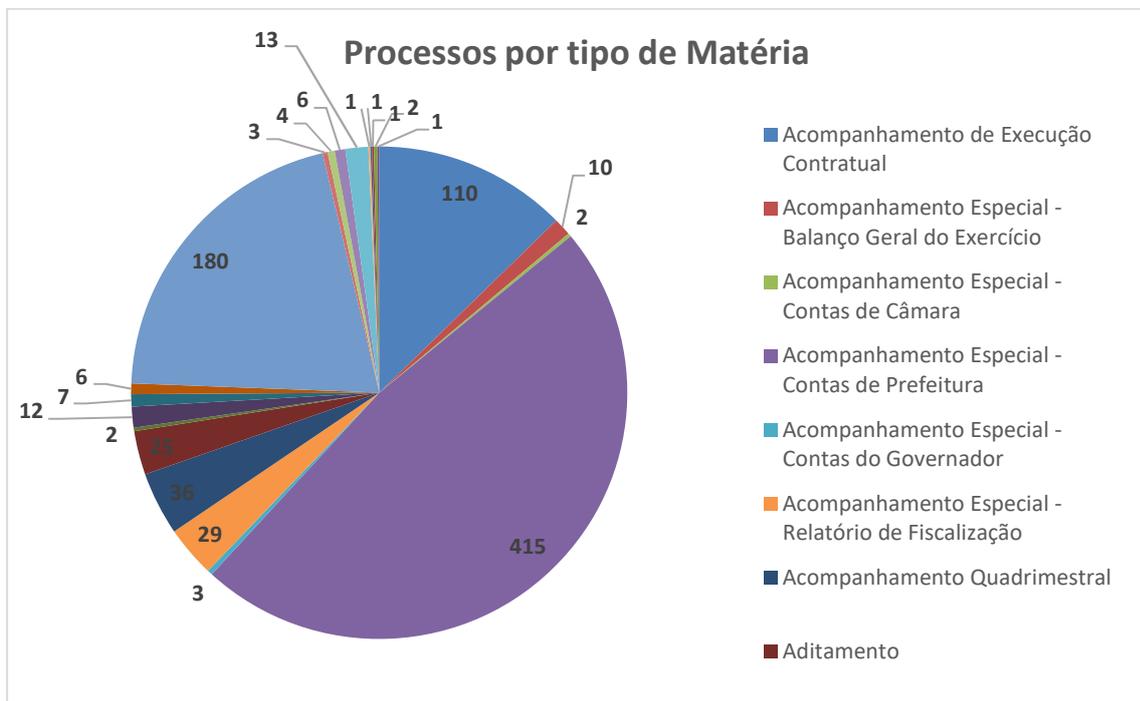
Com relação à transparência, as falhas concentram-se na divulgação parcial ou ausente das receitas, despesas ou atos relacionados ao enfrentamento da pandemia e na falta de divulgação em tempo real.

As informações com maiores detalhes estão disponíveis nos itens seguintes.

Processos – TCs por Diretoria Responsável:



Tipos de Matérias:



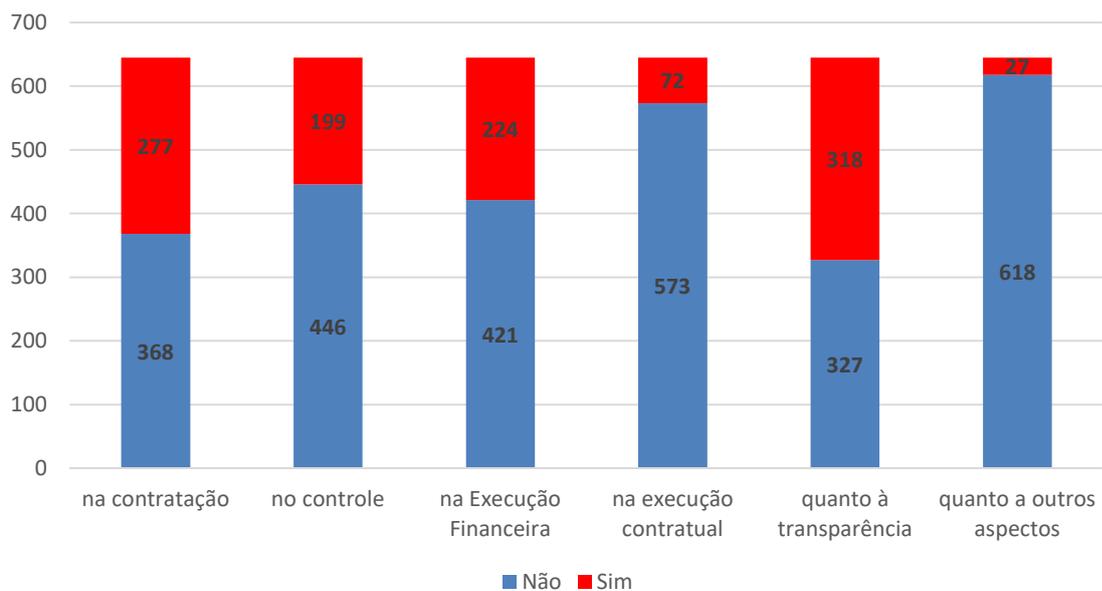
Processos por área (estadual/municipal):



Houve irregularidades detectadas?

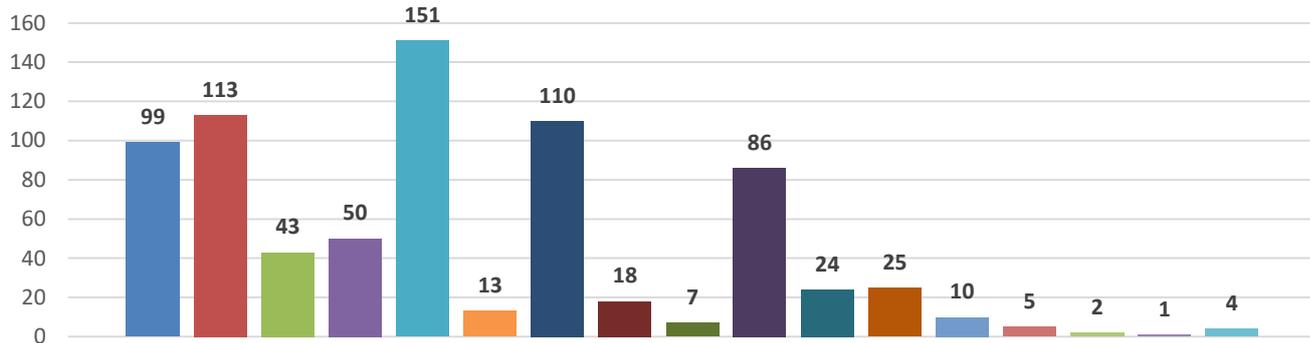


TCs quanto ao tipo de irregularidades



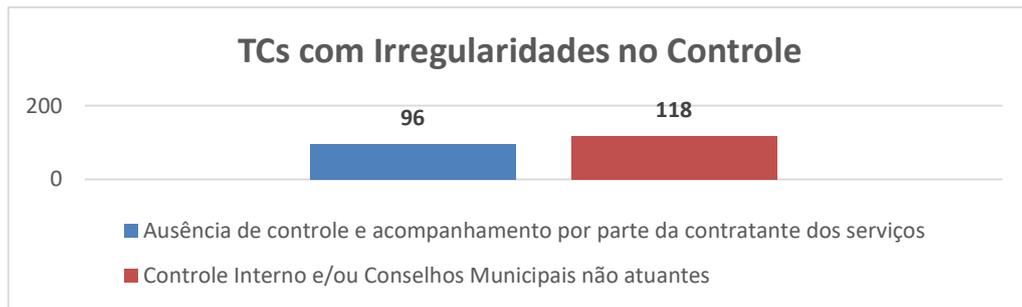
Irregularidades na Contratação

TCs com Irregularidades na Contratação

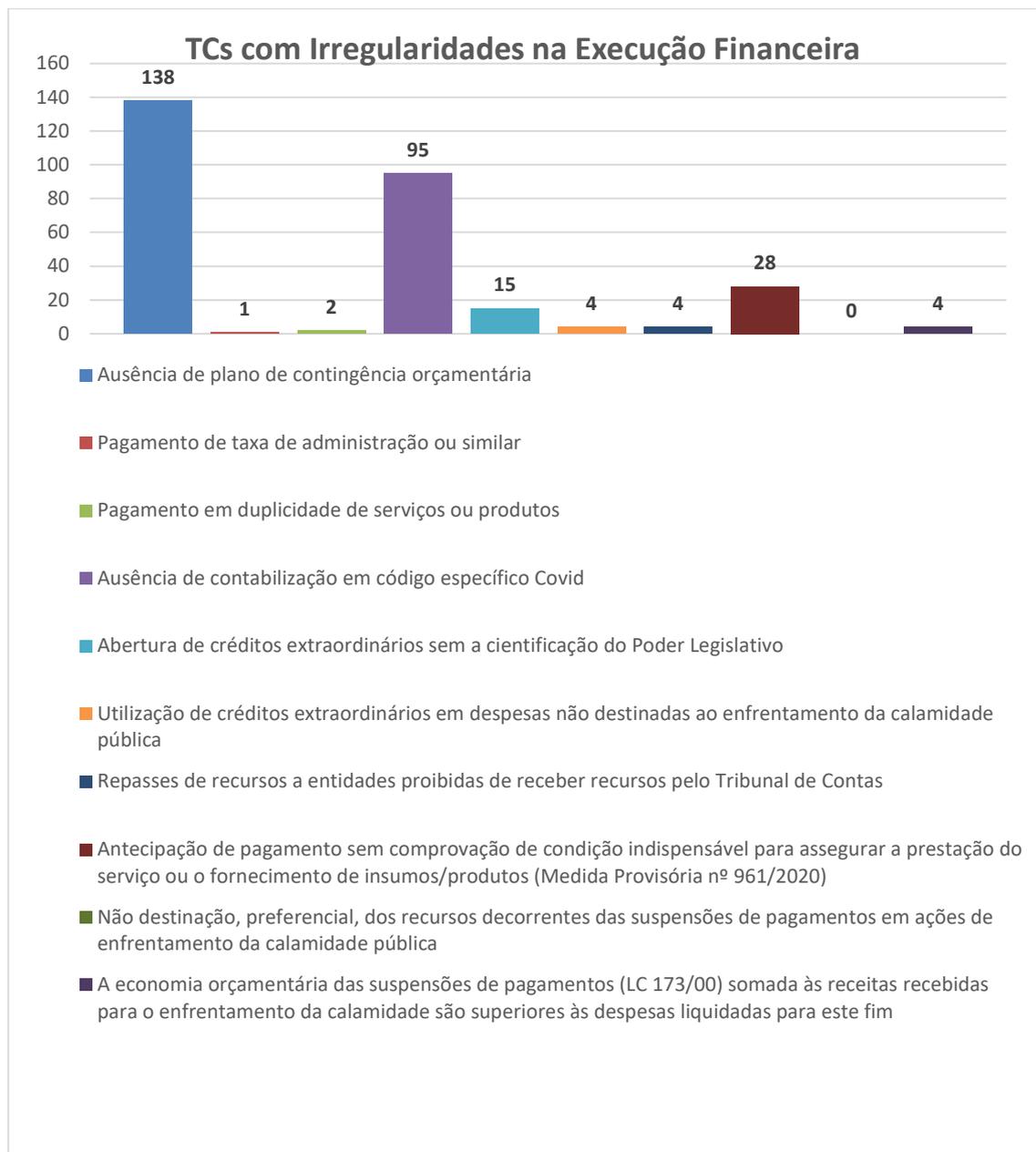


- Ausência de planejamento ou planejamento deficitário
- Falta de justificativa baseada em estudos técnicos ou justificativas deficitárias
- Ausência de estabelecimento de metas ou previsões superdimensionadas e/ou Subdimensionadas
- Ausência de demonstração da razão da escolha da Contratada (Dispensa de licitação)
- Falta de pesquisa de preços ou pesquisa de preços deficitária
- Vínculos entre os sócios das empresas e/ou Organizações Sociais contratadas com as empresas/organizações que apresentaram propostas ou orçamentos; e/ou vínculo entre aqueles sócios e os funcionários/familiares do órgão contratante;
- Contratações por valor acima da média do mercado e/ou indícios de sobrepreços
- Atividade econômica da contratada diversa do objeto da contratação
- Contratação de serviços fixados por valor global e não por produção
- Termo de Referência ausente ou genérico/incompleto
- Contratação de empresas sem certidão de regularidade fiscal
- Ausência de formalização de contrato ou aditivo contratual
- Inobservância das normas técnicas preconizadas pelo órgãos governamentais (Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde e/ou Secretaria Municipal de Saúde)
- Pagamento pelas OSs de médicos e/ou outros serviços terceirizados em valores superiores à média de mercado
- Contratação pela OSs de serviços que deveriam ser executados pela própria Organização Social (ex: serviços de assessoria, consultoria e/ou administração)
- Contratação pelas OSs de serviços que não se coadunam com o objeto do ajuste firmado com o Poder Público
- Quarteirização dos serviços relacionados à atividade-fim do ajuste

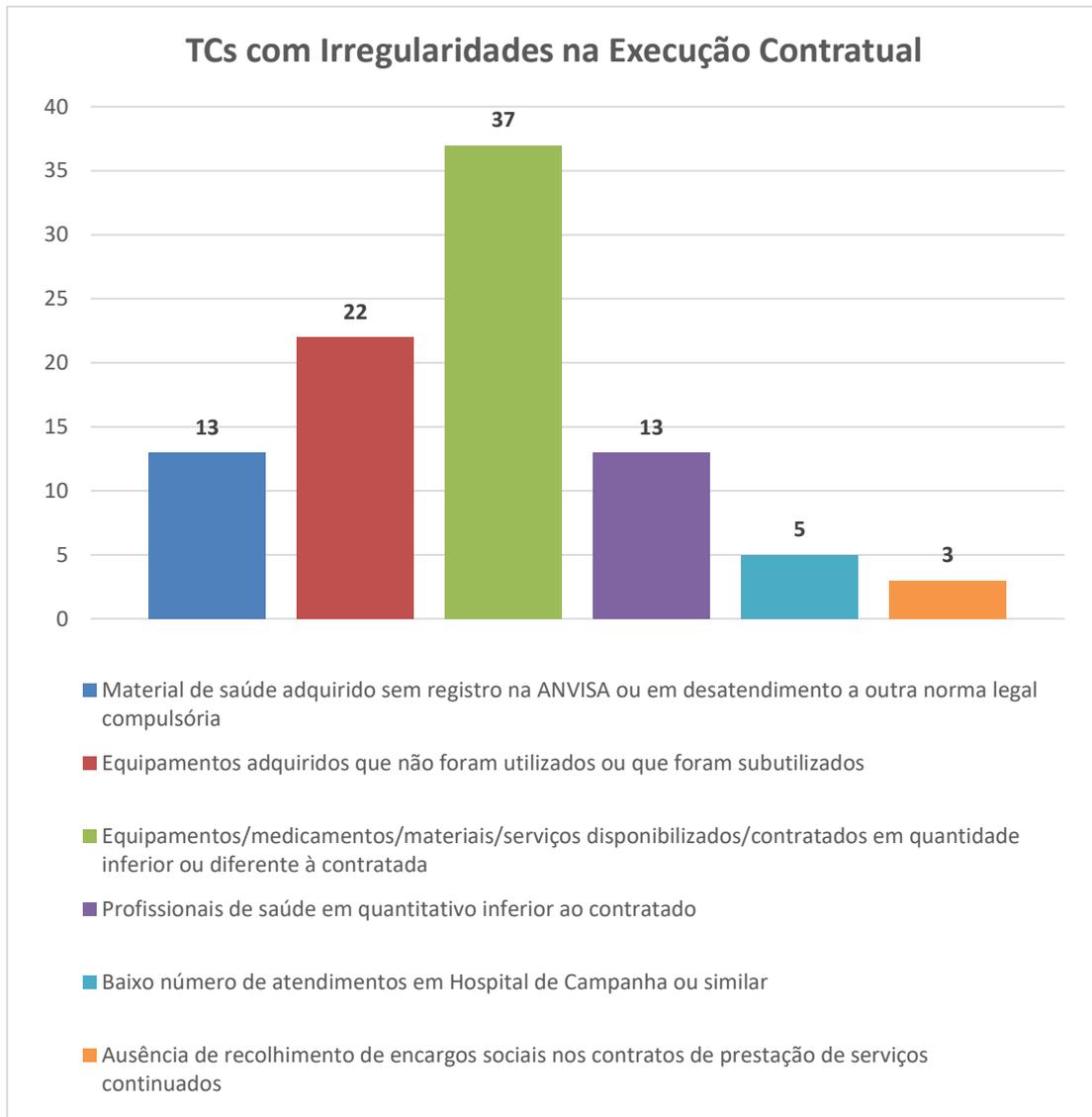
Irregularidades no Controle



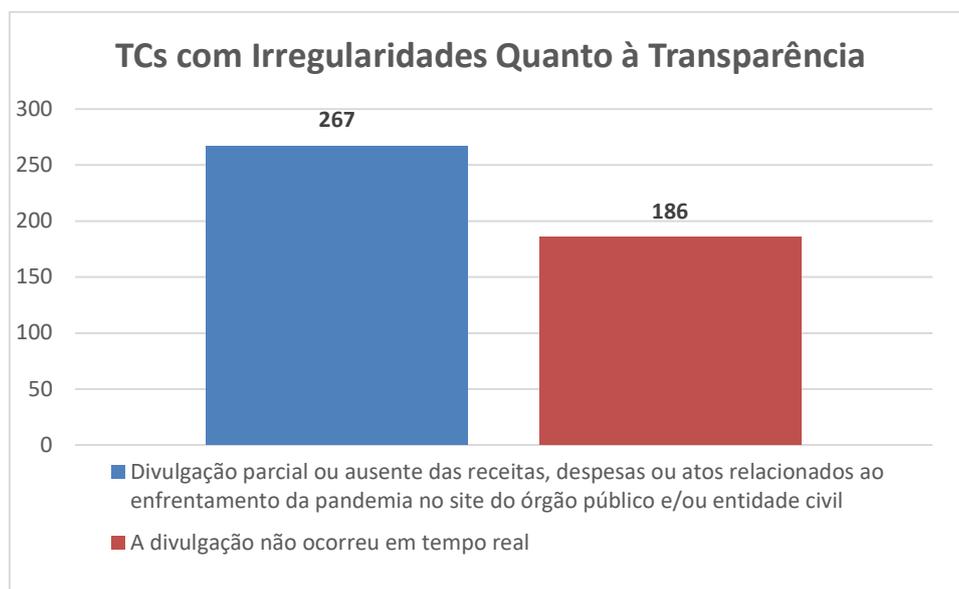
Irregularidades na Execução Financeira



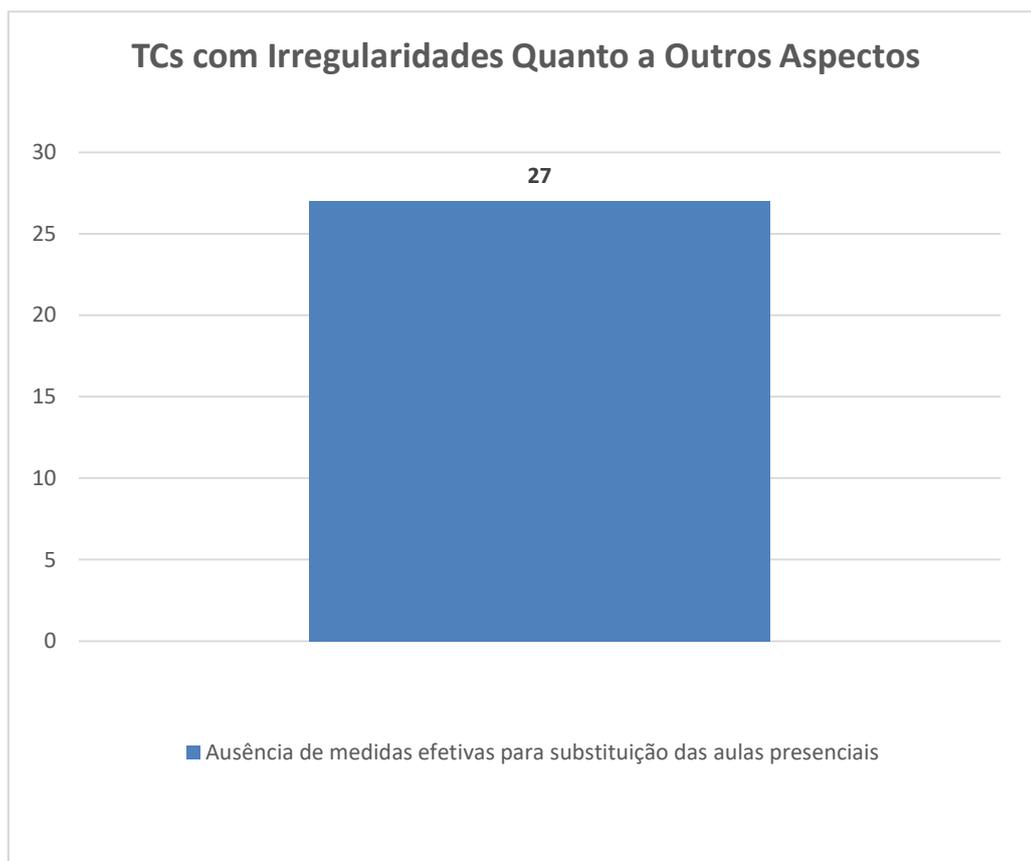
Irregularidades na Execução Contratual



Irregularidades quanto à Transparência



Irregularidades quanto a Outros Aspectos



VI - ATUALIZAÇÃO DAS INSTRUÇÕES E ORDEM DE SERVIÇO

Aprovadas pela Resolução nº 07, de 2020, e publicadas no DOE de 22.9.2020, foram editadas as Instruções nº 01/2020, aplicáveis aos órgãos e entidades públicas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, das esferas estadual e municipal.

As Instruções estão organizadas sob a forma de livros, os quais tratam dos Jurisdicionados, das Prestações de Contas e Gestão Fiscal, do Controle Interno, dos Atos de Pessoal, das Licitações e Contratos, dos Repasses Públicos e do Acesso à Informação. Os livros são subdivididos em títulos, capítulos e seções.

Os procedimentos de fiscalização foram atualizados pela Ordem de Serviço SDG nº 01/2020, publicada no DOE de 11.11.2020.

Dentre as novidades, destacam-se os acompanhamentos concomitantes das Indiretas Estaduais, Universidades Estaduais e as suas fundações de apoio ou patrocinadas.

Nos casos de repasses municipais por meio de auxílios/subvenções/contribuições não precedidos de ajustes (termo de colaboração ou de fomento), será feito apontamento em item específico nos processos de contas dos órgãos repassadores, com proposta de aplicação de multa.

VII - FISCALIZAÇÕES REALIZADAS

ÁREA MUNICIPAL - JANEIRO A NOVEMBRO DE 2020

AUDITORIAS REALIZADAS	
ASSOCIAÇÃO CIVIL MUNICIPAL	2
AUTARQUIA MUNICIPAL	165
CÂMARA MUNICIPAL	644
CONSÓRCIO MUNICIPAL	134
ECONOMIA MISTA MUNICIPAL	46
EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL	43
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO/TÍPICA/CONVENIADA	95
ENTIDADE/FUNDO DE PREVIDÊNCIA	219
OS / ENTIDADE.CONV./OSCIP	45
ACOMPANHAMENTO EXEC. CONTRATUAL	289
PREFEITURA MUNICIPAL	1.932
Total	3.614

ÁREA ESTADUAL - JANEIRO A NOVEMBRO DE 2020

AUDITORIAS REALIZADAS	
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	1
AUTARQUIA ESTADUAL	27
ECONOMIA MISTA ESTADUAL	19
EMPRESA PÚBLICA ESTADUAL	7
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL	3
FUNDAÇÃO CONVENIADA/TÍPICA/APOIO	70
MINISTÉRIO PÚBLICO	1
SECRETARIA	23
TRIBUNAL	3
UNIDADE ADMINISTRATIVA - AUTARQUIA	141
UNIDADE ADMINISTRATIVA - FUNDAÇÃO	11
UNIDADE DE SECRETARIA / UGE	898
ORGANIZAÇÃO SOCIAL	5
ACOMP. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL	60
Total	1.269

VIII – PROCESSOS INSTRUÍDOS NAS DEPENDÊNCIAS DA FISCALIZAÇÃO, DA ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA E DA SDG ATÉ NOVEMBRO /2020.

MATÉRIA	FISCALIZAÇÃO - ELETRÔNICOS											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Total
Ações	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2
Adiantamentos	21	9	17	10	11	17	7	16	10	12	8	138
Apartados	13	16	31	26	10	5	20	8	12	21	9	171
Atos de Pessoal	720	827	759	762	776	1031	1231	546	575	501	499	8227
Balanço Geral do Exercício	4	7	25	74	85	159	141	113	115	116	243	1082
Concurso Público	4	3	-	5	1	2	-	1	5	6	-	27
Contas de Câmara	4	4	5	88	203	210	87	54	29	52	54	790
Contas de Prefeitura	35	58	107	25	18	303	803	708	476	662	1100	4295
Contas do Governador	2	1	1	14	10	-	7	2	3	1	4	45
Contratos	747	964	569	1216	751	928	882	866	963	814	875	9575
Controle de Prazos	113	137	78	77	121	78	57	62	60	38	65	886
Exame Prévio Edital	-	-	-	-	1	2	-	-	5	2	1	11
Expedientes	76	38	27	36	34	47	64	67	70	57	60	576
Expedientes Ministério Público	81	24	20	38	22	14	33	22	38	37	56	385
Expedientes Poder Judiciário	22	18	4	10	7	15	5	19	19	22	28	169
Instrução de Representação	1	2	2	-	-	1	4	-	1	1	1	13
Recursos	7	3	3	2	-	-	-	-	3	2	2	22
Relatório de Fiscalização	6	110	303	196	57	509	528	19	22	4	103	1857
Repasses Públicos	200	327	148	640	206	358	252	194	312	245	305	3187
Representação	6	22	9	18	21	27	34	24	22	27	22	232
Tomada de Contas - Previdência	-	-	-	-	2	7	6	4	11	4	5	39
Total	2062	2570	2108	3237	2336	3713	4161	2726	2751	2624	3441	31729

Matéria	FISCALIZAÇÃO - FÍSICOS											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Total
Acessório	2	2	-	-	-	-	-	2	1	1	1	9
Atos de Pessoal	22	16	14	-	-	-	-	5	-	5	5	67
Apartados	1	-	1	-	1	-	-	6	-	2	-	11
Contas de Câmara	-	2	3	-	-	-	-	2	1	-	1	9
Contas de Prefeitura	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2
Contratos/Convênios	165	92	36	1	7	3	-	58	30	33	51	476
Consórcios	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Empresas Públicas	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Entidades de Previdência	-	1	1	-	-	-	-	-	1	-	-	3
Entidades Gerenciadas	2	1	3	-	-	-	-	-	-	-	1	7
Esporádicos	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Exame Prévio Edital	2	-	-	-	-	-	-	3	2	2	-	9
Expedientes	364	255	231	17	14	11	9	2403	353	170	136	3963
Fundações de Apoio	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Outros	54	30	19	-	-	1	-	31	8	22	11	176
Repasses Públicos	84	71	36	2	-	-	-	112	41	23	16	385
TCA	16	30	19	1	-	-	-	1	1	7	1	76
Unidades Gestoras Executoras	39	31	157	-	-	-	-	-	-	2	-	229
Total	753	534	520	21	22	15	9	2623	438	268	223	5426

MATÉRIA	ATJ - ELETRÔNICOS											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Total
Adiantamentos	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Apartados	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Balanço Geral do Exercício	8	21	12	68	45	43	99	113	16	4	38	467
Concurso Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Contas de Câmara	3	11	3	48	-	2	77	11	25	1	22	203
Contas de Prefeitura	20	67	68	73	58	9	8	10	37	37	47	434
Contas do Governador	-	-	-	-	5	18	-	-	-	-	-	23
Contratos	106	106	103	302	204	219	225	147	86	22	268	1788
Exame Prévio Edital	39	46	65	34	36	49	60	77	77	70	83	636
Expedientes	-	1	-	2	1	-	2	-	-	-	-	6
Expedientes Ministério Público	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Expedientes Poder Judiciário	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Instrução de Representação	-	2	1	3	1	3	-	-	-	-	-	10
Recursos	17	13	19	18	35	28	15	22	26	46	44	283
Relatório de Fiscalização	13	161	9	103	-	-	-	7	93	-	201	587
Repasse Públicos	30	9	11	80	25	35	45	11	14	7	31	298
Representação	7	8	6	17	10	16	10	2	2	3	9	90
Tomada de Contas - Previdência	-	1	-	3	3	-	7	1	2	-	-	17
Total	244	446	297	751	423	422	549	403	378	192	743	4848

MATÉRIA	ATJ - FÍSICOS											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Total
Ações	-	-	-	-	-	-	-	7	9	2	-	18
Acessório-1 Ordem Cronológica	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Acompanhamento Concessões	27	10	3	-	-	-	-	-	2	2	1	45
Adiantamentos	1	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	3
Apartados	1	1	-	-	-	-	-	2	7	-	1	12
Balanço Geral do Exercício	11	18	2	-	-	-	-	12	5	1	1	50
Contas de Câmara	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Contratos	217	105	17	-	-	-	-	461	403	163	115	1481
Exame Prévio de Edital	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Expedientes	2	-	-	-	-	-	-	4	6	1	-	13
Relatório de Fiscalização	146	-	-	-	-	-	-	-	4	0	-	150
Repasse Públicos	146	139	16	-	-	-	-	270	114	68	23	776
Representação	11	2	2	-	-	-	-	15	12	1	3	46
Tomada de Contas - Previdência	3	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	7
UR - Almoxarifado	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Total	567	276	40	0	0	0	0	776	565	238	144	2606

MATÉRIA	SDG - ELETRÔNICOS											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Total
Ações	5	1	-	4	6	-	-	-	-	3	1	20
Adiantamentos	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2
Apartados	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Atos de Pessoal	1	8	4	10	4	2	3	2	4	4	1	43
Balanço Geral do Exercício	2	-	1	94	11	44	12	29	11	13	44	261
Concurso Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	3
Consultas	-	-	-	-	-	-	-	1	10	3	-	14
Contas de Câmara	1	7	8	22	16	15	10	16	12	17	7	131
Contas de Prefeitura	-	2	-	15	4	10	14	9	4	3	-	61
Contas do Governador	-	-	-	-	5	18	-	-	-	-	-	23
Contratos	40	26	39	235	230	143	68	39	89	105	74	1088
Controle de Prazos	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2
Exame Prévio Edital	32	35	34	28	16	39	27	46	40	63	45	405
Expedientes	153	16	5	2	5	2	11	17	17	34	20	282
Expedientes Ministério Público	2	1	-	-	2	-	-	-	1	3	4	13
Expedientes Poder Judiciário	20	23	4	1	3	10	5	34	6	15	12	133
Instrução de Representação	-	-	-	2	4	1	-	4	-	-	-	11
Recursos	64	128	55	305	233	174	111	91	69	84	82	1396
Relatório de Fiscalização	-	5	2	5	158	-	8	-	9	-	116	303
Repasse Públicos	1	11	-	21	30	34	19	18	50	37	15	236
Representação	6	-	4	23	30	12	5	3	6	6	3	98
Total	327	264	156	769	757	506	294	309	328	391	426	4527

Matéria	SDG - FÍSICOS											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Total
Acessório	2	2	-	-	-	-	-	1	5	2	4	16
Ações	9	3	7	-	-	-	-	14	20	5	13	71
Adiantamentos	-	-	9	-	-	-	-	1	-	-	-	10
Apartados	3	-	1	-	-	-	-	11	9	5	14	43
Atos de Pessoal	3	3	3	-	-	-	-	13	17	8	20	67
Balanço Geral do Exercício	17	6	7	-	-	-	-	41	15	6	13	105
Contas de Câmara	3	1	3	-	1	-	-	6	1	1	4	20
Contratos	43	53	36	1	1	-	1	399	166	137	149	986
Controle de Prazos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Exame Prévio Edital	2	2	2	-	-	-	-	2	2	6	3	19
Expedientes	1	3	-	-	-	-	1	-	-	-	-	5
Relatório de Fiscalização	227	228	-	-	-	-	-	-	1	1	-	457
Repasse Públicos	41	26	13	-	-	-	-	201	56	70	87	494
Representação	5	2	31	-	-	-	-	40	23	12	14	127
UR - Almoxarifado	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	23	38
Total	356	344	112	1	2	0	2	729	315	254	344	2459

IX – AUDITORIA ELETRÔNICA – AUDESP

Com a finalidade de entregar à Fiscalização indicadores e fatos de relevância que subsidiem as ações de controle externo, bem como de realizar atividades de apoio e suporte a outros setores da Casa, as atividades de maior relevância executadas pela Divisão de Auditoria Eletrônica – Audesp podem ser resumidas abaixo:

- **ELABORAÇÃO E MANUTENÇÃO DE DASHBOARDS (PAINÉIS DE ANÁLISE) UTILIZANDO AS FERRAMENTAS QLIK SENSE E POWER BI**
 - ✓ Jornada de Médicos: painel que demonstra a quantidade de vínculos, públicos e privados, dos médicos, calculando a quantidade de horas trabalhadas e o tempo de deslocamento entre a sua residência e os locais de trabalho.
 - ✓ Tabela CMED: painel com a lista de medicamentos e seus preços tabelados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED.
- **DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS DE ANÁLISE**
 - ✓ **ARES (Análise de Redes Societárias):** é um sistema de análise de redes, com uso de grafos e construção de matriz de risco, verificando vínculos diretos e indiretos entre CNPJs e CPFs, em consulta a diversos bancos de dados, tais como Receita Federal, JUCESP, RAIS, AUDESP, entre outros. A ferramenta foi desenvolvida pelos próprios servidores do TCESP com uso de *softwares* gratuitos, sem qualquer custo para a Instituição. O ARES foi selecionado, em 2019, para apresentação no 5º Seminário Internacional de Análise de Dados, promovido pelo TCU, CGU e ENAP.
 - ✓ **FARO – Ferramenta de Análise de Risco de Obras:** idealizada pelo NAEC – Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual e desenvolvida com apoio do DTI, a plataforma FARO consiste em sistema inteligente de análise de preços referenciais de obras, permitindo a identificação imediata de sobrepreço, por item, nas planilhas orçamentárias. O sistema FARO foi selecionado neste ano para apresentação no 6º Seminário Internacional de Análise de Dados, promovido pelo TCU, CGU e ENAP, concorrendo com diversos projetos nacionais e internacionais.
 - ✓ **DESENVOLVIMENTO DA PLATAFORMA ALICE NACIONAL:** o Sistema Alice é uma ferramenta que analisa, de forma automatizada, as licitações e editais publicados pela Administração Pública e identifica, por meio de tipologias específicas, inconsistências e indícios de irregularidades. O Alice Nacional está sendo desenvolvido pela Rede Infocontas da ATRICON, com a colaboração do TCU e dos Tribunais de Contas estaduais e municipais de todo o país.
 - ✓ **CURSO EM ANÁLISE DE DADOS PARA O CORPO DE SERVIDORES DO TCESP, NO AMBIENTE EAD DA EPCP:** curso na modalidade EAD para os funcionários do TCESP interessados em ampliar os conhecimentos na área tecnológica, em especial no uso de técnicas e ferramentas para extração de dados, sua manipulação e geração de informação e conhecimento.
- **ATUALIZAÇÃO DOS QUESITOS DO ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL (IEG-M 2021).**

- **CRIAÇÃO DE PAINÉIS PARA FISCALIZAÇÃO:**

- ✓ Contratações por Tempo Determinado;
- ✓ Quadro de Pessoal x Quadro Funcional;
- ✓ Alterações Orçamentárias;
- ✓ Apuração artigo 42 da LRF;
- ✓ Benford 2019 da área municipal;
- ✓ Painel de Ativos;
- ✓ Repasses Estaduais ao Terceiro Setor;
- ✓ Base Empenhos 2020 Municipal;
- ✓ Painel de Saneamento Básico
- ✓ Execução Orçamentária do Estado em 2020.

- **ATIVIDADES PEDAGÓGICAS:** Realização de *Lives* com o objetivo de orientar e tirar dúvidas dos órgãos jurisdicionados sobre assuntos relacionados às Fases do Sistema Audep, bem como atendimento de 6.468 ocorrências recebidas pelo canal “Fale Conosco” do Sistema Audep.

- **MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA AUDESP.**

- ✓ Desenvolvimento Fase V – Repasses Públicos ao Terceiro Setor, juntamente com técnicos das 1ª e 10ª Diretorias de Fiscalização.
- ✓ Desenvolvimento, em conjunto a Cofisco, dos Demonstrativos mensais, trimestrais e quadrimestrais aplicáveis aos Institutos/Entidades de Previdência municipais.
- ✓ Disponibilização de novos conjuntos de dados no Portal da Transparência:
 - a) Informações dos ajustes e licitações a partir de AJUSTES e LICITACOES (Fase IV do Sistema Audep) - dados informados ao sistema a partir de jan/2018;
 - b) Alterações Orçamentárias (Planejamento e Contabilidade) – registros realizados durante os exercícios para atender às necessidades não previstas quando da elaboração anual do orçamento.

X - IEG-PREV MUNICIPAL

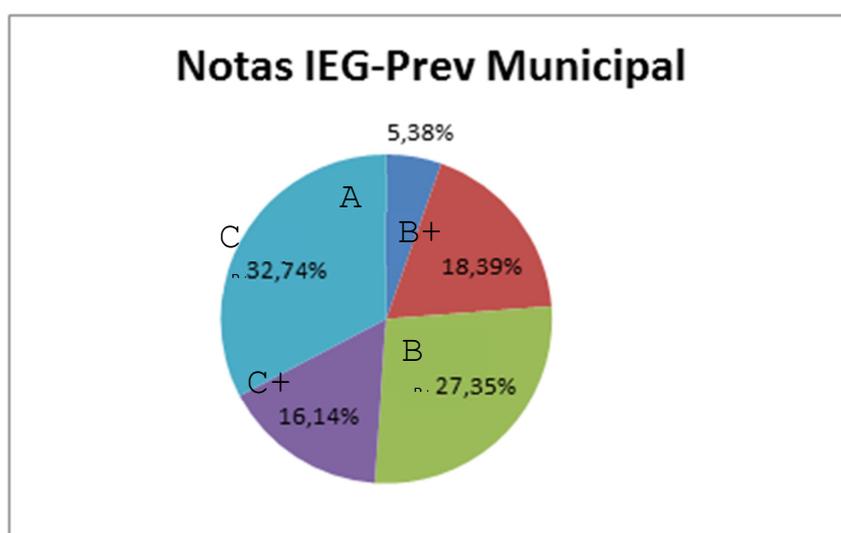
Após a finalização do processo de coleta das informações do questionário IEG-Prev Municipal, foi efetuada a validação de quesitos previamente selecionados das Prefeituras Municipais e Regimes Próprios de Previdência Social.

Em decorrência das limitações impostas pela pandemia, não foi possível validar os dados informados pelas câmaras municipais e administrações indiretas.

Analisando os questionários respondidos, constata-se que a média geral das notas foi de 73, enquadrada na faixa B do IEG-PREV Municipal.

A seguir relacionamos a quantidade total de Municípios por faixa de notas:

Nota IEG-Prev Municipal	Quantidade de Municípios	%
A	12	5,38
B+	41	18,39
B	61	27,35
C+	36	16,14
C	73	32,74
Total	223	100,00



XI – PAINEL DE SANEAMENTO BÁSICO

Sancionado em 15 de julho de 2020, o Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico altera diversos aspectos da legislação e pretende incentivar investimentos no setor para a universalização da cobertura dos serviços de água e esgoto até 2033. De olho nessas mudanças e nas responsabilidades constitucionais atribuídas aos municípios, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) lançou o Painel de Saneamento Básico.

A ferramenta, disponível para acesso público pelo portal institucional do TCESP, traça um raio-X do setor e tem o objetivo de fornecer um panorama da situação dos 644 municípios paulistas fiscalizados pela Corte no que tange ao saneamento básico, que engloba serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

XII – ESTATÍSTICAS DOS JULGAMENTOS

Das Câmaras

Analisando-se o período do início do exercício até 31.10.2020, em relação aos julgamentos ocorridos nas Câmaras - indicados na tabela a seguir -, é possível verificar que, no total, as duas Câmaras julgadoras determinaram 211 multas, totalizando 57.710 UFESPs, o que equivale a R\$ 1.593.373,10 (um milhão, quinhentos e noventa e três mil, trezentos e setenta e três reais e dez centavos).

As determinações de devolução de importância ao erário - em decorrência de sentenças que concluíram pela irregularidade das contas apresentadas à Corte - representam o montante, neste exercício, de R\$ 12.941.018,99 (doze milhões, novecentos e quarenta e um mil e dezoito reais e noventa e nove centavos).

Ao todo, foram encaminhados 181 processos ao digno Ministério Público Estadual do total de 5.335 processos julgados.

Julgamentos e determinações das Câmaras – até 31 de outubro de 2020

Item	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Total de Pauta	3.173	3.021	6.194
Vista	24	27	51
Art. 105 + PS	337	471	808
Apartado/Tram. Autônoma	22	46	68
M.P.E.	119	62	181
Multa	79	132	211
Quantidade de Devolução	22	21	43
Autos próprios	31	16	47
Valor em Multas (UFESP)	23.770	33.940	57.710
Total Processos Julgados	2.812	2.523	5.335
Valor das Devoluções	R\$ 6.430.242,40	R\$ 6.510.776,59	R\$ 12.941.018,99
M.P.C.	23	16	39
Advogados	95	113	208

Do E. Tribunal Pleno

No E. Tribunal Pleno, foram julgados 1.309 processos e 1.205 Exames Prévios de Editais.

Dez dos Exames Prévios de Editais contiveram determinação de multas, totalizando 1710 UFESPs, no valor de R\$ 47.489,20 (quarenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte centavos).

XII – ESTATÍSTICAS DOS JULGAMENTOS

Das Câmaras

Analisando-se o período do início do exercício até 31.10.2020, em relação aos julgamentos ocorridos nas Câmaras - indicados na tabela a seguir -, é possível verificar que, no total, as duas Câmaras julgadoras determinaram 211 multas, totalizando 57.710 UFESPs, o que equivale a R\$ 1.593.373,10 (um milhão, quinhentos e noventa e três mil, trezentos e setenta e três reais e dez centavos).

As determinações de devolução de importância ao erário - em decorrência de sentenças que concluíram pela irregularidade das contas apresentadas à Corte - representam o montante, neste exercício, de R\$ 12.941.018,99 (doze milhões, novecentos e quarenta e um mil e dezoito reais e noventa e nove centavos).

Ao todo, foram encaminhados 181 processos ao digno Ministério Público Estadual do total de 5.335 processos julgados.

Julgamentos e determinações das Câmaras – até 31 de outubro de 2020

Item	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Total de Pauta	3.173	3.021	6.194
Vista	24	27	51
Art. 105 + PS	337	471	808
Apartado/Tram. Autônoma	22	46	68
M.P.E.	119	62	181
Multa	79	132	211
Quantidade de Devolução	22	21	43
Autos próprios	31	16	47
Valor em Multas (UFESP)	23.770	33.940	57.710
Total Processos Julgados	2.812	2.523	5.335
Valor das Devoluções	R\$ 6.430.242,40	R\$ 6.510.776,59	R\$ 12.941.018,99
M.P.C.	23	16	39
Advogados	95	113	208

Do E. Tribunal Pleno

No E. Tribunal Pleno, foram julgados 1.309 processos e 1.205 Exames Prévios de Editais.

Dez dos Exames Prévios de Editais contiveram determinação de multas, totalizando 1710 UFESPs, no valor de R\$ 47.489,20 (quarenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte centavos).

Matérias julgadas nos Órgãos Colegiados – TCESP

Item	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Pleno	Total
Recursos Ordinários	661	587	1.264	2.512
Apartado	-	-	-	-
Contratos	1.336	1.298	-	2.634
Contas anuais	97	93	28	218
Representação	105	63	1	169
Contas de Câmaras	373	340	-	713
Contas de Prefeitura	350	386	-	736
Embargos de declaração	93	65	172	330
Execução Contratual	3	-	-	3
Ação de Rescisão	-	-	53	53
Agravo	9	16	19	44
Ação de Revisão	-	-	34	34
Pedido de Reexame	-	-	214	214
Outros	-	-	1	1
Pedido de Reconsideração	-	-	14	14
Prestação de Contas	23	18	-	41
Consulta	-	-	-	-
Repasses ao terceiro setor	123	155	-	278
Total	3.173	3.021	1.800	7.994

Dos julgamentos singulares

Os julgamentos singulares correspondem a 7.815 processos que tiveram sentenças exaradas pelos Conselheiros e pelos Auditores, conforme tabela abaixo – período de janeiro até 31.10.2020.

Tipo	1º trim. 2020	2º trim. 2020	3º trim. 2020	Outubro 2020	Parcial 2020
Sentença (Publicação na íntegra) Srs. Conselheiros	659	771	380	91	1901
Sentença (Publicação na íntegra) Srs. Auditores	1410	2007	1399	361	5177
Despacho Conhecimento Srs. Auditores	245	256	186	50	737
TOTAL	2314	3034	1965	502	7815

Nota-se que os números e as ações apresentadas neste relatório demonstram, de modo resumido, as diversas iniciativas que estão sendo empreendidas por este Tribunal visando ao cumprimento de sua função constitucional durante a pandemia de coronavírus. Busca-se, diuturnamente, a orientação e a fiscalização em relação ao gasto do dinheiro público. Assim, a Corte de Contas, com um trabalho direcionado e abrangente, mantém o controle externo da máquina pública – tanto pela continuação de suas fiscalizações regulares quanto pelas iniciativas e projetos voltados aos gastos relacionados ao combate à Covid-19.